



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

ANTEPROJETO DE LEI Nº 19/2025

Revoga o dispositivo que determina a dedução do valor incorporado no caso de evolução funcional requerida pelos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica revogado o artigo 42 da Lei complementar 094/2024, que dispõe sobre dedução de eventuais décimos incorporados na forma do art. 297 da Lei complementar 045/2015.

Art. 2º. A remuneração incorporada como direito adquirido pelo servidor público municipal, decorrente de progressões ou vantagens, não poderá sofrer deduções em decorrência de solicitações futuras de evolução funcional.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Igarapava/SP, 10 de abril de 2025.

RINALDO GROU GOBBI

Vereador

Protocolo 11104/25 15:00hs
Câmara Municipal de Igarapava
180.263 409/0001-60

Câmara Municipal de Igarapava
Silvia Maria Carrer
Assessora da Presidência



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

JUSTIFICATIVA

Senhoras e senhores Vereadores, meus sinceros e cordiais cumprimentos.

O presente anteprojeto de lei busca corrigir uma possível afronta a princípios constitucionais e garantir que os servidores públicos municipais tenham seus direitos devidamente preservados. A norma vigente que determina deduções no valor incorporado pode ser considerada **inconstitucional**, com base nos seguintes fundamentos:

1. **Princípio da irredutibilidade de vencimentos:** Garantido pelo Art. 37, inciso XV, da Constituição Federal, este princípio estabelece que é vedada a redução de remunerações de servidores públicos, incluindo valores incorporados de forma legal ao longo da carreira.
2. **Direito adquirido:** O Art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal protege direitos adquiridos. A dedução nos valores incorporados pode violar esse direito ao alterar uma situação consolidada.
3. **Princípio da segurança jurídica:** Este princípio, essencial ao Estado Democrático de Direito, impede mudanças abruptas e desfavoráveis em regras que impactam os servidores, especialmente aquelas que afetam direitos consolidados.
4. **Valor social do trabalho:** O Art. 170 da Constituição Federal evidencia que o trabalho deve ser protegido como fundamento da ordem econômica, o que inclui assegurar condições justas aos servidores públicos.
5. **Equidade e estímulo à qualificação:** A dedução pode desincentivar a busca por evolução funcional, indo contra o princípio da valorização do servidor público e o aperfeiçoamento contínuo de suas competências, como previsto na Lei Complementar nº 94/2024.

Dessa forma, a revogação visa alinhar o ordenamento jurídico municipal à Constituição Federal e assegurar tratamento justo aos servidores que investem no desenvolvimento de suas carreiras.

Igarapava/SP, 10 de abril de 2025.


RINALDO GROU GOBBI

Vereador

Protocolo 11.104.25 15.001
Câmara Municipal de Igarapava
CNPJ 60.240.400/0001-60

Câmara Municipal de Igarapava
Sílvia Maria Correa
Assessora da Presidência 